

OS SERVIÇOS FLORESTAIS NO SÉCULO XIX OS HOMENS E AS IDEIAS

Dentro das opções político-económicas que procuram, por um lado modernizar Portugal, e por outro integrar o País no mercado da CEE, a floresta e a silvo-indústria ocupam hoje um lugar de destaque. Subvencionado em grande parte pelas instâncias europeias, o último plano de fomento florestal — o Programa de Acção Florestal (PAF) — arrancou em 1987 com um objectivo prioritário: a arborização em terrenos devastados pelos incêndios, e a valorização de incultos e terras marginais com vista a uma agricultura altamente competitiva.

Num território relativamente pobre em recursos naturais, a extensão da floresta, que, de um terço passaria assim, a ocupar mais de metade da superfície de Portugal continental, articula-se com as necessidades de abastecimento de um sector silvo-industrial fortemente exportador. Fundamenta-se também no postulado quase inamovível das condições edafo-climáticas excepcionais do País para o desenvolvimento de espécies lenhosas, escolhendo-se hoje, preferencialmente, as de crescimento rápido (resinosas e eucaliptos).

DESARBORIZAÇÃO, FLORESTAÇÃO E AS MUTAÇÕES DO SÉCULO XIX

Embora nitidamente realçada na década de 1980 — e não será alheia a este facto uma maior difusão das preocupações sobre o ambiente — a premissa baseada nas aptidões naturais não é nova. A partir do século XVI, a ideia parece atravessar os séculos com maior ou menor relevância, consoante a pressão da exploração nas matas, o grau de desarborização, e as tentativas de plantações levadas a cabo pelas instituições centrais. É com certa insistência que se lamenta, nas fontes documentais, o desaparecimento ou a degradação de matas frondosas, que tinham constituído uma grande riqueza florestal para a produção de «madeira grossa» até aos finais da Idade Média.

É preciso reconhecer, no entanto, que, em Portugal, nunca foi devidamente investigada a evolução e distribuição das espécies e formações vegetais, admitindo a existência de uma extensa cobertura florestal natural (primitiva), nas vésperas dos grandes arroteamentos medievos. De igual modo, e em parte como consequência dessa premissa, é ainda muito insuficiente a investigação que se empenha em aprofundar, tanto os processos evolutivos da desarborização, como os matizes ideológicos por que passou a florestação, que domina as práticas presentes.

Numa fase preliminar, tendo em conta a periodização de longa duração comprovada na Europa Ocidental, as pesquisas poderiam deter-se em três momentos particularmente marcantes nos processos de modificação da vegetação e dos solos, isto é, a Pré-História recente, a Baixa Idade Média e o Renascimento (quando surgem em Portugal os primeiros incentivos documentados para a arborização dos terrenos incultos) e, por último, o século XIX, em que ocorrem importantes mutações no espaço agro-florestal e no domínio da silvicultura.

Antes de apresentarmos algumas fontes que respeitam ao século passado, queríamos apenas apontar sinais de mudança, que consideramos relevantes para a investigação dos dois outros momentos.

Trata-se, em primeiro lugar, de uma maior acessibilidade às fontes pela publicação de manuscritos. Os documentos das Chancelarias Reais, reunidos nos cinco volumes da *História Florestal, Aquícola e Cinegética* (1208-1527), com outros em preparação, abrangendo o século XVI até ao *Regimento do Monteiro-mor* de 1605, constituem uma fonte imprescindível, que mereceria um tratamento mais rigoroso e sistematizado do que temos feito (N. DEVY-VARETA, 1985 e 1986).

Em segundo lugar, várias disciplinas dos campos científicos natural e social estão a desenvolver pesquisas, que integram técnicas de análise com datações C14, como a palinologia em solos turfosos ou paleo-solos, ou ainda a antracologia. A par dos métodos utilizados na definição de sequências geomorfológicas e edafo-climáticas, estes tipos de análises são relativamente escassos e dispersos no território português. Daí a prudência na formulação de hipóteses para o quadro evolutivo do meio físico, quando se observam interferências com os sistemas de exploração das comunidades humanas pré-históricas. Contudo, não será de admirar que o desenvolvimento destas análises venha a confirmar o início do recuo de uma floresta mais ou menos aberta, ou de formações arbóreas, durante o IIIº milénio a.C.

Não é aqui o lugar para caracterizar em pormenor as profundas transformações do espaço cultivado e florestal no século XIX. Lembremos apenas que, nos estudos históricos realizados essencialmente sobre o Alentejo e sobre o Minho (1), os movimentos espaciais são apreendidos de um modo linear, admitindo-se padrões do tipo:

— arroteamentos → desarborização de matas ou formações arbóreas, além do desbravamento de formações arbustivas (folhosas atlânticas, charnecas meridionais).

— plantações ou regenerações florestais → regressão dos «incultos» e estagnação ou diminuição da superfície agrícola (regeneração do sobeiro, invasão do pinheiro bravo).

Na realidade, os processos foram certamente mais complexos, podendo até coexistir movimentos contrários numa determinada área. Mas é evidente que estes processos, ainda mal conhecidos, conduziram à progressiva formação do espaço florestal (avaliado pela *Carta Agrícola* de 1902 em 22 por cento), tal como se reconhece hoje em dia: individualização dos maciços arborizados produtivos, com a criação de duas áreas florestais mono-específicas, pinhais e montados; recuo generalizado dos

(1) Para além dos trabalhos sempre referenciados de A. SAMPAIO (1923) e M. HALPERN PEREIRA (1971), assinalamos o pequeno estudo crítico de J. ARRISCADO NUNES (1984), que analisa fontes e matizes ideológicos desta questão ao longo do século XIX.

carvalhos ou outras folhosas a norte do Tejo, confinados aos espaços periféricos serranos ou interiores.

Em todo este processo, ressalta a escassa participação directa das instituições do poder central. A extensão e as transformações da maior parte do espaço florestal foram orientadas pela iniciativa privada e as modalidades de penetração do capital nos campos. O processo realizou-se, portanto, à margem da Administração-Geral das Matas (1824-1886), cuja actividade se reduziu ao limitado património nacional. Foi só nos últimos anos do século que os «Serviços Florestais» se lançaram definitivamente na arborização das dunas e de alguns baldios serranos.

Talvez seja por estes motivos que a informação oriunda dos mesmos «Serviços» tenha sido tão pouco aproveitada em estudos recentes. Uma das únicas excepções são os trabalhos de B. BARROS GOMES, divulgado por O. RIBEIRO (1934, 1977, 1978). Parece-nos, pois, indispensável a análise exaustiva da documentação, manuscrita ou impressa, publicada pelos gestores ou primeiros silvicultores no quadro da Administração-Geral das Matas. Por um lado, ela permitiria completar ou corrigir o conhecimento sobre a distribuição das espécies arbóreas; por outro, facilitaria a articulação de aspectos apreendidos isoladamente, como o estado das matas, os circuitos comerciais e a evolução dos preços dos produtos florestais, a questão da arborização e dos incultos, as dilações administrativas no âmbito de instabilidade política vivida até ao Fontismo, etc.

Os quadros seguintes foram precisamente elaborados para realçar a articulação entre os passos fundamentais da formação e actuação dos «Serviços Florestais» (Quadro I), e os mais importantes trabalhos publicados sobre a floresta e a arborização, ao longo do século XIX (Quadro II).

A década de 1860 constituiu, a nosso ver, um momento chave de transição. Durante a primeira metade do século, os cargos que se prendem com a gestão das matas do Estado são desempenhados por oficiais de marinha, engenheiros militares ou Conselheiros. No dizer de BAETA NEVES (1965, 1984), «... manteve-se o amadorismo... que nesta data [1852] passou a ser substituído pelo profissionalismo técnico...» dos que tinham frequentado os Cursos de agronomia ou as Escolas de silvicultura estrangeiras, antes da criação da de Lisboa em 1865.

A fundação dessas escolas vai permitir uma nítida melhoria da preparação dos homens que passam a preencher os quadros superiores das repartições administrativas. Entre as novas gerações de técnicos, que participam activamente na elaboração da política florestal centralizada a partir dos anos 1870, citamos B. BARROS GOMES e J. FERREIRA BORGES, formados pela Escola de Silvicultura de Tharand, respectivamente em 1862 e 1881. Do Instituto Geral de Agronomia de Lisboa, saíram P. R. DA CUNHA E SILVA (1870), C. A. DE SOUSA PIMENTEL (1873), H. MATOS MENDIA (1880), e finalmente A. MENDES DE ALMEIDA (1886).

A evolução para o «profissionalismo técnico» faz-se nitidamente sentir nas obras referenciadas a partir do fim da década de 1860. Observa-se também que os progressos da botânica, da agronomia e da silvi-

QUADRO I

Passos fundamentais da formação e actuação dos «Serviços Florestais»

- 1/07 e 7/07/1802 — Leis de arborização das dunas no Couto de Lavos, nos arredores de Aveiro e nas margens do rio Vouga fomentadas por J. BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA.
- 24/07/1824 — Criação da Administração-Geral das Matas para a gestão do património do Estado (14.864 ha), dependente da Secretaria do Estado da Marinha.
- 1839-1853 — Tentativas logradas para a elaboração de um Código Florestal.
- 16/07/1842 — Último diploma legislativo que se refere ainda às leis de arborização de 1623 e 1633.
- 30/08/1852 — Instituição do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria.
A Administração-Geral das Matas passa a ser uma secção da Repartição da Agricultura da Direcção do Comércio e Indústria.
Criação do Ensino Superior Agrícola — Instituto Geral de Agronomia —, com disciplinas de Ciências Florestais.
- 1865 — Criação do Ensino Superior Florestal, com Curso de Silvicultura no mesmo Instituto.
- 21/09/1867 — Decreto para «... um geral reconhecimento da area florestal do reino e das zonas, cuja arborisação se póde reputar necessária, assim como das matas e florestas a que se refere a lei de desamortização...» de algumas matas estatais, promulgada em 22/06/1866.
- 28/08/1869 — Lei de desamortização dos baldios.
- 28/07/1886 — Reforma do Ministério das Obras Públicas. Extinção definitiva da Administração-Geral das Matas, da qual os serviços passam para a Direcção-Geral da Agricultura então criada. O Plano de organização dos Serviços Florestais é publicado em 25/11/1886.
- 1888 — Regulamentos para a arborização nos dois primeiros Perímetros Florestais criados na Serra do Gerês e na Serra da Estrela (respectivamente, cerca de 5.000 ha cada um).
- 1896 — Reconhecimento da arborização nas dunas litorais. Apenas tinham sido plantadas 2891 ha desde 1802, ficando 34.351 ha por arborizar.
- 1901 — Património florestal do Estado: 33.303 ha.
- 1901-1903 — Lei e Regulamento instituindo as modalidades do Regime Florestal.
-

QUADRO II

Principais obras publicadas sobre floresta e arborização no século XIX

- 1815 — *Memoria sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal*, de J. BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA.
- 1836 — *Manual de Instrucções praticas sobre a sementeira, cultura e corte de pinheiros...*, de F. L. G. DE VARNHAGEN.
- 1868 — *Relatório acerca da arborização geral do país*, redigido por C. RIBEIRO e J. NERY DELGADO.
- 1868 — *Relatório da A.-G. das Matas do Reino, 1865-1867*.
- 1876 — *Condições Florestaes de Portugal*, de B. DE BARROS GOMES.
- 1878 — *Cartas Elementares de Portugal*, de B. DE BARROS GOMES.
- 1878 — *Notice sur les arbres forestiers du Portugal*, de B. DE BARROS GOMES.
- 1881 — *Relatório da A.-G. das Matas do Reino, 1879-1880*.
(Último relatório da mesma Administração, de que o cargo de Administrador-Geral ficou vago desde 1881 até 1886).
- 1888 — *Pinhais, soutos e montados*, de C. A. DE SOUSA PIMENTEL.
- 1889 — Início da publicação do *Boletim da Direcção-Geral da Agricultura* (1889-1917), onde estão consignadas a legislação e as actividades do Estado no domínio florestal.
-

cultura possibilitam o aperfeiçoamento dos argumentos para a ofensiva contra os «incultos» e a ineficácia das instituições centrais. Vejamos então o conteúdo essencial e os traços inovadores de cada estudo.

OS PRINCIPAIS ESTUDOS SOBRE FLORESTA E ARBORIZAÇÃO

J. BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA, intendente-geral das Minas e Metais do Reino, desde 1802 até às invasões francesas, é considerado como o primeiro «silvicultor» português, pois tinha estudado silvicultura na Alemanha na qualidade de metalurgista, preocupado com as fontes energéticas da indústria. A sua *Memória...*, ainda presa ao pensamento fisiocrático, oferece, no capítulo I, um panorama desolador do património florestal da coroa. No início do século XIX, apenas se podiam explorar os «famíntos restos» das matas inventariadas em 1605, sob o reinado de Filipe II de Espanha (*Regimento do Monteiro-mor do Reino*). Menciona que a deflorestação foi particularmente intensa no século XVIII, atribuindo esta situação ao crescimento demográfico, arroteamentos e aumento do consumo quotidiano e industrial de produtos florestais. Mas

insurge-se também contra a falta de planeamento cultural em todas as matas do País, e denuncia a ausência de vigilância em relação às práticas correntes dos proprietários e povos (cortes indevidos, queimadas, fabrico de carvão...).

O autor preconiza novos regulamentos e administração, lembrando os passos principais da legislação desde a Idade Média, e defende, ao mesmo tempo, maior empenho no fomento da arborização. Ele próprio tinha promovido o alvará de 1802 para a colonização das dunas, que não foi avante por causa das invasões francesas e, mais tarde, das guerras liberais. Daí que a *Memória*, redigida em 1812, seja essencialmente dedicada às técnicas de preparação do terreno e plantações nas areias.

Para avaliar o conteúdo da *Memória*, bem como os progressos da silvicultura, basta examinar o *Manual* de VARNHAGEN de 1836. Entre os administradores-gerais das Matas do Reino, este engenheiro militar foi o que desempenhou o seu cargo durante mais tempo (1824-1842). Logo na introdução da obra, VARNHAGEN adverte que tratará apenas dos pinheiros bravo e manso e das experiências realizadas no Pinhal de Leiria, comparando-as com as de outros países. As técnicas e métodos são mais apurados que na *Memória*, aliás brevemente referenciada por VARNHAGEN, que sublinha que ANDRADA E SILVA escreveu «a parte theoretica deste objecto», isto é, da «conservação e aumento [das matas] de fôrma que algum dia se possa exportar, o que agora nos vem de fora: falo em madeira, alcatrão e breu». No *Manual*, encontra-se uma das primeiras avaliações, meramente qualitativa, das formas de exploração territorial: 1/7 para as culturas; 1/7 para «matas e arvores dispersas»; 5/7 para «charnecas e serranias estereis».

VARNHAGEN resolve finalmente a questão da diferenciação, confusa ainda no início do século, entre o pinheiro silvestre (*Pinus sylvestris* L.) e o bravo (*Pinus pinaster* Ait.). Demonstra que os primeiros observados por ANDRADA E SILVA até ao Ribatejo, são, de facto, «bravos». Além do mais, foram decepcionantes as tentativas de plantações do silvestre no Pinhal de Leiria, já que o crescimento do «pinheiro do norte» é mais lento que o do «português» (p. 69-70). A madeira importada do nordeste europeu, área ecológica do pinheiro silvestre, era utilizada nas construções de luxo, além das construções navais. Não é de admirar, pois, que se tenha experimentado o seu fomento, mesmo em áreas ecologicamente pouco apropriadas, quer nas matas do Estado, quer em alguns coutos eclesiásticos de Entre-Douro-e-Minho, nos finais do século XVIII (A. DE OLIVEIRA, 1979).

O *Relatório acerca da arborização geral do país* é certamente a fonte mais utilizada no campo da investigação rural do fim do século passado, utilização que vem até aos nossos dias. Nunca tem merecido, no entanto, um estudo exaustivo em confronto com outras fontes de informação, talvez por se apresentar como um «ensaio» sobre o estado de desarborização, que, segundo os dados fornecidos, atingia cerca de metade do País. Trata-se de um trabalho «encomendado» ao *Instituto geographico*, do qual o próprio director, FILIPE FOLQUE, salienta que os

técnicos («engenheiros d'obras publicas, de minas, de florestas,...engenheiros geographos, e chorographos») não estavam preparados para elaborar este estudo (*Relatório...*, p. 1-3). Os engenheiros CARLOS RIBEIRO e JOAQUIM NERY DELGADO tinham dirigido o reconhecimento geológico do País, e «... por conseguinte deviam d'elle conhecer uma grande parte». Aproveitaram, portanto, as observações da documentação existente e reunida para outros efeitos, nomeadamente a preparação de plantas geodésicas e das cartas geológica e orográfica de Portugal. Daí que o *Relatório* seja o comentário de um «esboço» da distribuição dos incultos na escala de 1/500.000, integrando «esclarecimentos» dos técnicos que tinham feito trabalhos de campo.

Se a descrição ficou aquém dos objectivos preconizados pelo decreto de 21/09/1867 (*Relatório...*, p. 1-11), é uma «fotografia» insubstituível do País, que vem confirmar uma «arborização necessária e util». Já se encontram aqui as ideias básicas da política florestal nos «incultos», com solos degradados, mais aptos para a arborização que para um aumento significativo da área cultivada. Contudo, o consenso acerca das aptidões naturais do País para a agricultura, defendido nessa altura por grande parte dos agrónomos, vai ainda dominar as práticas socioeconómicas do poder central até ao Reconhecimento dos Baldios, efectuado pela Junta de Colonização Interna em 1936.

Quanto às causas do estado das matas, menciona-se sempre o «desamor» ou «o desmazelô e incuria dos particulares» e proprietários, que não deixam crescer as árvores, o que faz eco ao «machado estragador do rustico» denunciado por ANDRADA E SILVA no início do século. Mas o *Relatório* contém poucas referências sobre a interdependência entre incultos, área cultivada e pecuária, excepto no que toca à falta generalizada de «methodo racional». Em suma, estas apreciações são em tudo semelhantes às que tinham sido formuladas nos finais do século XVIII, quando as condições sociais e económicas eram avaliadas pelo fisiocratismo.

Será que o País se encontrava realmente numa «quasi completa desnudação?» Não se terá dado particular ênfase à questão dos «incultos» no próprio momento em que o entusiasmo de muitos técnicos penetrava nas repartições ministeriais? No caso da floresta, deixemos estas perguntas em aberto, enquanto não for compilada a informação que, à escala regional ou local, possa esclarecer a complexidade das relações entre ideologia da florestação, técnicos agrónomos e silvicultores, organização institucional, movimentos de apropriação dos baldios e procura/oferta de produtos florestais...

No Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, encontra-se o arquivo da Administração-Geral das Matas, de que resta «uma diminuta extensão documental» (M. COSTA, 1963). De 1850 até 1865, parece não ter ficado nenhum fundo documental, excepção feita ao ano 1860. Na Biblioteca da Direcção-Geral das Florestas, existe também um pequeno arquivo histórico onde se podem consultar, com a maior facilidade, manuscritos

ou obras impressas da mesma Administração, nomeadamente alguns *Relatórios* publicados depois de 1865 (1865-1867, 1870-1871, 1873-1874, 1877-1878, 1879-1880). O primeiro e o último são, em nossa opinião, os que apresentam maior interesse.

A importância do *Relatório* de 1865-1867 deve-se ao inventário por menorizado do património florestal gerido pelo Estado, que foi pedido pelo decreto-lei de 6/04/1866 — *Documento 4* — *Mappa da extensão e valor das matas nacionaes, designando a parte arborizada, semeada e por semear* (p. 54-58). O quadro é acompanhado por um conjunto de notas acerca da localização ou composição arbórea de grande parte das matas. Nos 18.310 ha inventariados, dos quais perto de 15.000 são arborizados, mais de 80 % cabem aos Pinhais de Leiria. Entre o quinto restante, propõe-se a desamortização de matas de dimensão reduzida, mal localizadas ou pouco produtivas, para dar prioridade à florestação das dunas ou terras litorais acessíveis (p. 6-7).

O *Relatório* apresenta também as informações correntes de um serviço estatal: balanços económicos e vencimentos dos funcionários, sementeiras e planos de exploração das matas. Contém algumas páginas reservadas à questão das lenhas e suas medidas, além dos preços praticados em várias administrações (distribuídas do litoral norte minhoto até à Península de Setúbal), consoante o tipo de lenha e sua preparação para a comercialização (p. 10-12).

No conjunto dos *Documentos*, ressaltam os n.º 5, 6 e 7, consagrados aos Pinhais da Machada e Vale de Zebro (442 ha), com a análise do «ordenamento cultural» e da produtividade em madeira e lenha. O estudo foi elaborado por B. BARROS GOMES, que tinha ingressado há poucos anos na Administração-Geral das Matas. O seu nome figura também no Documento 4, por ter participado na elaboração do *Mappa* para os Pinhais de Leiria.

A consulta do *Relatório* de 1879-1880 permite verificar que BARROS GOMES tinha atingido o cume da sua carreira na mesma Administração, na qualidade de engenheiro chefe da divisão florestal do Centro. Das três divisões criadas por uma reforma em 1872 (Norte, Centro e Sul), a do Centro era certamente a mais importante, com 12.654 ha, incluindo os Pinhais de Leiria. BARROS GOMES tinha sido nomeado para este cargo em 1878, após ter passado alguns tempos como chefe da divisão Sul (2.847 ha). A do Norte, com cerca de 1.800 ha, estava sob o controle de PEDRO R. DA CUNHA E SILVA, futuro autor do capítulo «Le Bois et le Liège», incluído em *Le Portugal du point de vue agricole* (1900, p. 633-655).

Não podemos esgotar aqui toda a riqueza deste Relatório que mostra como progrediram, em menos de quinze anos, tanto as técnicas da silvicultura, como o conhecimento das condições do meio físico e da distribuição das espécies arbóreas. No fim do trabalho, apresentam-se várias estampas sobre dados climáticos e 10 mapas na escala de 1:1.000.000. O primeiro é uma «carta geologica e orographica»; as outras mostram

a distribuição por concelho, de 9 espécies, com graus de «dominância», «abundância» ou «pouca abundância» (pinheiro bravo e manso, sobreiro, azinheira, carvalhos («*Quercus toza*, *Q. robur*, *Q. lusitanica*»), castanheiro e alfarrobeira). Este conjunto resulta das pesquisas pessoais de BARROS GOMES que tinham conduzido à elaboração da *Carta Xilográfica*, inserida nas *Cartas Elementares de Portugal* (1878).

Mas o interesse do *Relatório* não se limita aos mapas. Cada mata do Estado (e particularmente os Pinhais de Leiria) é descrita com todos os preceitos da «doutrina dos ordenamentos, [...] alvo a que se têm dirigido os trabalhos feitos até hoje, depois da reforma da administração. [1872]» (p. 16). Recomenda-se também uma leitura atenta, pelas opiniões expressas ou apenas veladas, acerca das questões que preocupavam a Administração e os silvicultores e de que retivemos duas. A primeira é relacionada com um problema frequentemente abordado nesta época, isto é, a influência das matas sobre o clima (p. 1 e *Primeiro Anexo*), assunto de que trataremos adiante nas obras de BARROS GOMES. A segunda diz respeito à própria política florestal. A par das dificuldades de ordem financeira, adivinham-se dilações ou indecisões nas orientações a dar à política florestal: continuar a obra de lento e dispendioso aumento da produtividade do património estatal ou alienar matas e empenhar-se mais na arborização das dunas e serras? Aliás, o prosseguimento dos acontecimentos vem confirmar as dificuldades que atravessava a própria Administração-Geral das Matas, nas prioridades do fomento florestal. No ano da publicação deste último Relatório, o administrador-geral JOÃO CÂNDIDO DE MORAES foi exonerado das suas funções, ficando o cargo definitivamente vago até à extinção da Administração-Geral em 1886.

BERNARDINO DE BARROS GOMES marcou profundamente a década de 1870, não só pelo seu empenhamento estritamente profissional, mas também pelas suas investigações pessoais. Não se deixou absorver pelas tarefas da Administração, mas tirou partido da sua formação científica, das suas próprias observações e de outros inquéritos, para sistematizar o enquadramento da floresta a partir dos «subsídios» sobre o meio físico e socioeconómico de que se dispunha então (1876, p. 9-10). O. RIBEIRO realçou como BARROS GOMES tentou interpretar a distribuição das espécies florestais realmente presentes — o que explica a importância dada ao pinheiro bravo —, em relação a uma malha de unidades espaciais, chegando a uma proposta de divisão regional, que é, talvez, a primeira feita em Portugal, se não contarmos com a divisão administrativa (1876, p. 13-19).

Do conjunto das suas três principais obras, ressalta que BARROS GOMES, com espírito simultaneamente científico e humanista, tanto é rebelde como desapassionado perante o consenso geral acerca dos incultos e da desarborização. Toda a sua obra demonstra uma extrema ponderação na análise das origens deste processo. Contrariamente à linha de pensamento dos seus contemporâneos, sublinha, ora o surto de florestação particular, ora as relações entre interesses agrícolas e pecuários,

e necessidades locais de produtos florestais, «... dépassant de beaucoup des appréciations peu fondées...» (1878-b, p. 9-10, 18).

Consciente dos processos evolutivos que estão a decorrer, BARROS GOMES diferencia as três «regiões florestais» dos carvalhos perinifólios, caducifólios e do pinheiro bravo. Mas, além dos contrastes das condições orográficas e climáticas — a «secura do ar», conforme as suas palavras —, ele evidencia as interacções entre a distribuição espontânea das espécies e «... a modificação que experimenta pela acção do homem». Por isso, ele afirma que o predomínio de uma essência numa determinada área «... pode ser devido a uma acção perseverante do homem, favorecendo mais uma ou outra» (*Carta Xilográfica*, 1878, p. 2, 1.^a col.). E não deixa de abordar as questões taxonómicas das várias espécies de *Quercus* ou da espontaneidade natural dos pinheiros, sendo as suas propostas várias vezes referidas nas classificações botânicas subsequentes.

Parece-nos portanto necessário a análise das obras e compromissos profissionais de BARROS GOMES. Para posicionar melhor as ideias «originais» que defendeu em relação ao pensamento corrente sobre silvicultura e fomento florestal, basta citar uma das conclusões do comentário à *Carta Xilográfica*. «... Como attribuir antes à desarborisação... aquelles rigores de secura que a arborisação que lhe resta tão bem indica terem sido taes desde remotas eras? Como esperar da rearborisação em grande escala grandes resultados, modificações no clima de grande importância? É isto o que algumas vezes se tem feito; ... a rearborisação, grande ou pequena, só nos pôde trazer modificações locais secundarias, uteis talvez e não para desdenhar...» (1878, *C. Xilográfica*, p. 4, 2.^a col.).

O «progresso dos estudos» devia, em seu entender, permitir a «revisão» de certas questões (1876, p. 7). Mas esta revisão parece ter sido esquecida ou afastada das preocupações dos técnicos e altos funcionários, que tomaram em mão a política e o fomento florestal a partir dos finais de 1880. Vinte e cinco anos mais tarde, J. MENDES DE ALMEIDA tentaria ainda provar que a florestação é um agente de transformação das condições climáticas, que teriam sido alteradas pela desarborização (1902, p. 18-20).

Finalmente, seria uma grande injustiça não mencionar o pequeno «tratado» de SOUSA PIMENTEL, pois ele constitui uma autêntica mina de informações. No volume I, consagrado aos pinhais, o autor examina a situação que respeita ao avanço das dunas, comparando-a com as observações e projectos de ANDRADA E SILVA e VARNHAGEN (p. 65 e ss). O capítulo sobre lenhas é particularmente elucidativo dos problemas de manuseamento, transporte e preços deste produto ainda indispensável (p. 179). Das madeiras de pinho, SOUSA PIMENTEL apresenta os tipos de utilização, consoante as idades de corte das árvores e os novos mercados nacionais ou de exportação (p. 183). O volume II inicia-se com os soutos e o «mal dos castanheiros», detectado nas fozes do Leça e Ave, em 1838 (p. 74). Quanto aos montados, que preenchem a segunda metade do mesmo volume, são descritos os métodos de regeneração do sobreiro e as áreas de maior extensão (p. 101 e ss).

A consulta e análise dos trabalhos elaborados por silvicultores ao longo do século XIX proporcionaria uma visão esclarecedora da evolução dos fundamentos da política florestal a partir da década de 1890. A influência dos técnicos formados no País (socialmente mais independentes em relação à classe dos proprietários), vai ser determinante no momento em que ocorrem mudanças em todas as esferas da vida nacional. No ambiente de crise geral dos finais do século, as soluções propostas para remediar os atrasos do sector agro-florestal tornam-se mais tecnocráticas, quando agrónomos e silvicultores ocupam os serviços da Direcção-Geral da Agricultura. Com a criação dos primeiros Perímetros Florestais serranos e o reconhecimento das dunas por arborizar, abre-se um novo período, onde novas gerações de silvicultores apontam para a eliminação do espectro dos incultos por uma intervenção estatal directa nos processos de florestação.

NICOLE DEVY-VARETA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. MENDES DE — «A arborização e utilização das serras portuguesas», Separata do *Boletim da Real Associação da Agricultura Portuguesa*, Lisboa, 1902, 31 p.
- CARDOSO, N. CATHARINO — «Subsídios para a história dos Serviços Florestais e Aquícolas», *Estudos e Informação*, Lisboa, DGSA, n.º 59, 1955.
- COSTA, MÁRIO A. NUNES — «Núcleos do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas», *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, Lisboa, 1963, p. 115-126.
- DEVY-VARETA, N. — «Para uma geografia histórica da floresta portuguesa — As matas medievais e a «coutada velha» do Rei», *Rev. Fac. Letras, Geografia*, Porto, Iª Série, Vol. I, 1985, p. 47-73.
- «Para uma geografia histórica da floresta portuguesa — Do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (séc. XV-XVI)», *Rev. Fac. Letras, Geografia*, Porto Iª Série, Vol. II, 1986, p. 5-40.
- GOMES, B. DE BARROS — *Relatório florestal sobre as Matas da Machada e Valle de Zebro*, Lisboa, Imp. Nac., 1865, 52 p.
- *Condições florestais de Portugal*, Lisboa, Lallemand frères, 1876, 64 p.
- *Cartas elementares de Portugal*, Lisboa, Lallemand, 1878-a, 5 cartas comentadas.
- «Notice sur les arbres forestiers de Portugal», Separata do *Jornal de Sciencias Mathem., Phys. e Natur.*, Lisboa, 1878-b, 20 p.
- História Florestal, Aquícola e Cinegética — Colectânea de documentos da Torre do Tombo — Chancelarias Reais (1208-1521)*, Vol. I a IV, Lisboa, Direcção-Geral das Florestas, 1980-1983.

- NEVES, C. M. BAETA — «Dos Monteiros-Mores aos silvicultores», Separata do Vol. XXVIII dos *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, Lisboa, 1965, 33 p.
- «O Ensino Superior Florestal em Portugal; antecedentes históricos, origem e evolução até à actualidade», *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, Lisboa, Vol. XLI, 1984, p. 153-174.
- NUNES, J. C. DE F. ARRISCADO — *Incultos e Agricultura «tradicional» na região de Entre Douro e Minho — Hipóteses para uma investigação*, Braga, Universidade do Minho, Unidade de Ciências Sociais, 1984, dactilografado.
- OLIVEIRA, AURÉLIO DE — *A Abadia de Tibães — 1630/80-1813 — Propriedade, exploração e produção agrícola no vale do Cávado durante o Antigo Regime*, Dissertação de doutoramento, Fac. Letras do Porto, 1979, 800 p.
- «O Padre Barros Gomes, santo e sábio», *O Mensageiro de S. Vicente de Paulo*, Porto, III, 1943 a XV, 1955.
- PEREIRA, M. HALPERN — *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Sá da Costa, 1.ª ed. 1971, 2.ª ed. 1983.
- PIMENTEL, C. A. DE SOUSA — *Pinhais, soutos e montados*, Lisboa, A. Rodrigues, 1888, 2 vols.
- Le Portugal au point de vue agricole*, Exposition Universelle de 1900, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900.
- Relatório da Administração Geral das Matas do Reino, Dez. 1865 a Dez. 1867*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, 157 p.
- Relatório da Administração Geral das Matas, relativo ao Anno economico 1879-1880*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, 298 p., 7 Estampas, X Mapas.
- Relatorio ácerca da arborisação geral do paiz...*, Lisboa, Acad. Real das Ciências, 1868, 317 p., I Mapa.
- RIBEIRO, O. — «Barros Gomes, geógrafo», *Rev. Fac. Letras*, Lisboa, II, 1, 1934, p. 104-112.
- *Introduções geográficas à História de Portugal, Estudo crítico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1977, 229 p.
- «Cartas Elementares de Portugal, de Bernardino de Barros Gomes (1878)», *Finisterra*, Lisboa, XIII, 26, 1978, p. 226-229.
- SAMPAIO, A. — *Estudos históricos e económicos*, Porto, 2 vols., 1.ª ed. 1923; Lisboa, Vega, 2 vols., 2.ª ed. 1979.
- SILVA, J. BONIFÁCIO DE ANDRADA E — *Memoria sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal*, Lisboa, Typ. da Acad. Real das Ciênc., 1815, 187 p.
- VARNHAGEN, F. LUÍS GUILHERME DE — *Manual de instrucções sobre a sementeira, cultura e corte de pinheiros, e conservação da madeira dos mesmos*, Lisboa, Typ. da Acad. Real das Ciênc., 1836, 104 p.